

Roraima: do pára-queda político ao clientelismo*

Roberto Ramos Santos**

Introdução

Localizado no extremo norte do Brasil, em plena floresta amazônica, o estado de Roraima é pouco conhecido em sua matiz política. Sua localização “periférica” e marginalidade econômica, frente às unidades federativas mais centrais, e a pouca expressão de seus representantes no jogo político do Congresso, despertam pouquíssimo interesse de análise entre os cientistas políticos brasileiros. São minoria os analistas que conhecem o sistema político do estado ou aventuram-se a conhecê-lo. Em razão da ausência quase completa de estudos de natureza científica, este artigo, lançando mão de dados preliminares de pesquisa, pretende diminuir essa lacuna. É nosso objetivo mostrar a experiência, com partidos e eleições, do estado de Roraima, que até outubro de 1988, quando da promulgação da Constituição, era território federal. Tal tentame justifica-se quando observamos que, para conhecer a conjuntura brasileira, necessitamos de um entendimento mais especializado das experiências políticas dos estados emergentes em 1988. Experiências essas efetivamente significativas para a política nacional. Portanto, é intuito deste trabalho contribuir para o conhecimento da história eleitoral do Brasil.

O artigo divide-se em duas partes: a primeira mostra alguns aspectos demográficos e sócio-econômicos de Roraima, cujo objetivo é construir um quadro referencial, com características sociais e econômicas, da unidade federativa em foco, enquanto a segunda, contextualiza sua esfera político-eleitoral. Trata-se de compreender, analiticamente, as interconexões da política do estado através do uso da máquina pública com fins eleitorais, e o papel desempenhado pelos principais atores e partidos políticos no contexto social local.

1. Fatores demográficos e sócio-econômicos

Com área geográfica constituída de 225.116,1 quilômetros quadrados, Roraima faz divisa com os países Guiana e Venezuela e os estados do Pará e Amazonas. Sua extensão territorial é maior do que os estados do Amapá, Acre, Ceará, Rio Grande do

* Este trabalho é uma versão modificada do artigo: *Novos Atores e Velhas Políticas: o contexto Eleitoral de Roraima*, originalmente publicado na revista *Política Hoje*, da Universidade Federal de Pernambuco. Sou grato a Ângelo Pedro da Silva e Shyrlayne de Fátima Rodrigues, pela efetiva colaboração na coleta dos dados.

** Doutorando em Ciência Política na USP e professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRR.

Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Santa Catarina e Distrito Federal. Embora possua um espaço físico de tamanha proporção, sua população é rarefeita e relativamente pequena, quando comparada a esses e outros congêneres brasileiros. Segundo dados do IBGE, referentes a 1997, vivem no estado 247.699 habitantes, número que corresponde a 0,15 % da população nacional. O Ceará, por exemplo, com 146.348 Km², tem uma população que representa 4,34 % desse total e o Rio de Janeiro, cuja extensão é cinco vezes menor do que o estado de Roraima, tem uma concentração demográfica superior a 12 milhões, totalizando 8,72 % da população nacional.

A população de Roraima está distribuída em quinze municípios, sendo os maiores: Boa Vista, a capital do estado, que possui o maior número de habitantes: 154.166; Alto Alegre (13.855); Mucajaí (11.013); Caracará (9.451); Rorainópolis (7.710); Cantá (7.110); Normandia (6.789) e Bonfim (6.178). Pela distribuição por sexo, existe uma relativa supremacia masculina: 51,5 % da população é composta de homens e 48,5 % de mulheres. Pelo levantamento do IBGE, Roraima é o único estado brasileiro que apresenta maior número de homens do que mulheres entre a sua população. Quanto aos dados educacionais, 23,1 % não sabem ler e nem escrever, 54,7 % não concluíram o segundo grau e apenas 1,3 % possuem nível superior. Por outro lado, 83,4 % têm casa própria e 94,2 % assistem televisão (PNAD 1995).

A economia do estado é pouco desenvolvida. O governo estadual sustenta-se com o repasse de verbas da União aos antigos territórios determinado pela Constituição de 1988. A arrecadação fiscal, em 1996, não ultrapassou a casa dos 320 milhões de dólares, enquanto as despesas esvaziaram os cofres públicos na cifra de 322 milhões¹. A população economicamente ativa (63,4 %) concentra-se no setor terciário (60,0 %). Os demais setores, primário e secundário, empregam 26,0 % e 14,0 % respectivamente. A agricultura, pouco mecanizada e voltada sobretudo para o mercado interno, produz arroz, milho, mandioca, feijão e frutas tropicais. A indústria, sem muita expressão e diversificação, concentra a maior parte de suas atividades na produção de alimentos e nos ramos madeireiro e mobiliário, que contam com forte potencial florestal na região. E o setor de serviços tem na administração pública o maior agente empregador (25,0 %), seguido do comércio (13,8 %). A participação do setor público na estrutura econômica do estado, como principal fonte de ocupação da mão-de-obra, define a economia local como de “contracheque”, que movimentava efetivamente o comércio na semana de pagamento do funcionalismo público. Na absorção da mão-de-obra disponível, a economia informal possui também um grande peso: em 1996, 29,4 % dos trabalhadores não tinham carteira de trabalho assinada, desenvolviam suas atividades profissionais na clandestinidade ou de forma autônoma. Quanto à distribuição por rendimentos, os dados do censo de 1991 revelam que 12,1

¹ Balanço geral do estado de Roraima - exercício 96. Dados da Secretaria Estadual do Planejamento, 1997.

% dos trabalhadores recebem até um salário mínimo, 23,2 % não mais de dois salários mínimos e apenas 5,9 % encontram-se na faixa de renda igual ou superior a dez salários mínimos.

De 1980 a 1996, a população roraimense cresceu aproximadamente trezentos por cento. Foi a unidade federativa que apresentou a maior elevação demográfica no país.² São notórios, nesse processo veloz de crescimento demográfico, a expansão e o surgimento de bairros menos abastados na capital, sem a menor infra-estrutura nas condições de moradia. A cidade de Boa Vista concentra mais da metade da população do estado, com bairros de periferia que chegam a superar a população encontrada nos municípios do interior: os bairros de Tancredo Neves e Jardim Equatorial são exemplos, ambos reúnem, separadamente, mais de treze mil habitantes.

O significativo crescimento populacional do estado, em função do *boom* do garimpo na década de oitenta e da migração presente nos anos 90 (induzida por alguns chefes políticos ansiosos em maximizarem suas bases de sustentação eleitoral³), ampliou sem medida a esfera de atuação tanto da máquina do governo quanto dos políticos assistencialistas. Em Roraima, o acesso ao sistema político é nitidamente um privilégio, o mercado político ainda é restrito e sua característica principal é a existência de um governo estadual vigoroso, com grande margem de autonomia frente a uma sociedade civil fraca e desarticulada. O cenário político local mostra a permanência de um Brasil arcaico, cujo povo, excluído do processo político, fica à espera das lideranças que controlam e usufruem dos benefícios do poder público. Como observaremos a seguir, o clientelismo e o paternalismo são as modalidades de participação e integração política da maioria da população.

Outro fator que chama atenção na análise da conjuntura do estado é a existência de políticos de *pára-quadras*, candidatos que pisam em Roraima somente nos períodos eleitorais, para disputar uma vaga para o Senado ou Câmara Federal. Esses políticos não apresentam compromissos com a base eleitoral, desenvolvem suas campanhas sem discurso político ou apelos programáticos espessos, fazendo uso apenas de recursos econômicos próprios, utilizados como moeda de troca na disputa por voto. Foi assim que, em 1990, o pai da Tereza Collor, o usineiro alagoano João Lyra, disputou uma vaga senatorial pelo PSC. Nesse mesmo pleito, Júlio Cabral, filho do então ministro da justiça e atual senador pelo estado do Amazonas, Bernardo

² Nos anos oitenta, a taxa de crescimento populacional de Roraima foi de 10,64 %, superando o estado de Rondônia que atingiu 7,87 % e que na década anterior apresentou a maior taxa de crescimento demográfico do país (IBGE 1991).

³ O bairro, em Boa Vista, denominado Piutolândia (referência ao sobrenome de Ottomar de Souza Pinto) e o município de Iracema, são exemplos de localidades formadas a partir da migração induzida. Os migrantes, em quase toda sua totalidade, pobres, de baixa escolaridade e provenientes do Maranhão, vieram para cá no início da década de noventa, incentivados por algumas lideranças políticas, com a promessa de ser Roraima uma terra de oportunidades.

Cabral, foi eleito deputado federal pelo PTB, com a terceira maior votação (2.875 votos).⁴

Nas eleições de 1994, Moises Lipnik, colombiano naturalizado brasileiro, radicado em São Paulo, filho de um banqueiro com residência nos Estados Unidos, chegou à Câmara dos Deputados pela coligação PTB/PSC/PRN. Com 14.349 votos, Lipnik foi, em 1994, o deputado federal mais votado no estado de Roraima. Nas eleições de 1998, Lipnik, condenado pelo Banco Central a pagar seis milhões de reais pela remessa ilegal de dólar, não se reelegeu.⁵ Nessa eleição, os novos pára-quevistas foram: os empresários Juca Abdala (PTB) e Chhai kwo Cheng (PPS), ambos derrotados para o Senado.⁶

A intencionalidade do cálculo estratégico dos políticos *pára-quevistas* está na “despolitização” da região e no tamanho do eleitorado. São 143.421 eleitores reunidos no menor colégio eleitoral do país (TRE/RR 1997). Apesar da baixa magnitude do distrito para a representação na Câmara Federal⁷, parece ser mais fácil e vantajoso ampliar as oportunidades eleitorais, adquirindo um número moderado de votos, em localidades eleitoralmente super-representadas, menos urbanizadas e desenvolvidas, do que conseguir uma considerável soma de votos, em estados maiores marcados por organizações profissionais, conflitos e interesses de classes mais nitidamente definidos. Nunca é demais lembrar que a existência de políticos de *pára-quevistas*, enfraquece ainda mais a estrutura da representação política no Brasil, mina os esforços de construção de uma representação efetiva do eleitorado e arraiga o caráter elitista e inexorável do nosso sistema político.

A despeito da experiência mais recente do processo de democratização da sociedade brasileira, que ampliou o exercício da cidadania, o padrão de representação encontrado no Brasil exhibe um desinteresse, desconhecimento e forte distanciamento da maioria dos eleitos em relação aos seus representados, na arena do parlamento. O modo histórico da atividade representativa no país produziu, entre nós, uma exagerada diluição do vínculo entre representante e representado. A noção da responsabilidade dos parlamentares frente aos seus constituintes foi deixada de lado na hora de ouvir

⁴ A lista de políticos *pára-quevistas*, que pisaram no estado somente para fins eleitorais, inclui ainda, em 1990, o goiano Avenir Rosas, eleito deputado federal pelo PDC; o gaúcho João Batista Fagundes, eleito deputado federal pelo PMDB; o pernambucano Marcelo Luz, eleito deputado federal pelo PDS; o paulista Wagner Canhedo, suplente da senadora Marluce Pinto no seu primeiro mandato; o paraense Henry Kayath e o alagoano Mário Mello (primo do ex-presidente Fernando Collor), ambos candidatos derrotados à Câmara dos Deputados.

⁵ Ver o jornal O Estado de São Paulo, 08/10/98.

⁶ Juca Abdala, carioca, durante as articulações de campanha na busca de apoio local, retirou sua candidatura pelo PMN para ser suplente na chapa de Otilia Pinto, candidata do PTB ao Senado. O chinês Chhai Kwo Cheng, aliado a políticos e intelectuais locais, chegou no estado em plena disputa eleitoral e, no resultado do pleito, foi o segundo mais votado para o Senado.

⁷ Roraima elege oito deputados federais. Em circunscrições de baixa magnitude, o custo de adquirir representação no parlamento é relativamente elevado. Sobre esse assunto ver a análise de Nicolau (1996).

reivindicações e na prestação de contas das atividades legislativas à sociedade. Na próxima seção, apresentaremos mais em detalhe o contexto político de Roraima.

2. Contexto político: atores e partidos

As principais lideranças

A clivagem política em Roraima está dividida em torno de duas grandes lideranças: o atual prefeito de Boa Vista Ottomar de Souza Pinto e o senador Romero Jucá. Ambos apresentam um controle quase absoluto das bases eleitorais, distribuídas na capital e no interior do estado. Enraizados nas esferas municipais, Ottomar e Jucá caracterizam-se pelo modo tradicional de fazer política, com perfil próximo do que poderíamos definir, no contexto brasileiro, de clientelismo e forte personalismo. Essencialmente pragmáticos e raramente ideológicos, esses políticos fazem uso do estilo patrimonialista do bem público, adotam políticas como troca de favores e esperam nas eleições o imediato reconhecimento e lealdade de suas clientelas. O efetivo controle da máquina pública garante ao chefe político atender sistematicamente a rede de interesses que o cerca, podendo ser transformada em votos numericamente significativos para assegurar sua permanência no poder.⁸

Embora sejam de gerações diferentes (Ottomar é 23 anos mais velho que Romero Jucá), e ainda que o primeiro, no seu relacionamento direto, pessoal, com cada eleitor esteja mais claramente identificado com elementos populistas, essas lideranças têm a mesma formação política: o mandonismo nordestino. Nasceram em Pernambuco e, em função de suas ligações com o regime militar, migraram para Roraima no final do período autoritário, quando foram governadores biônicos no ex-território.⁹ Em 1990, confrontaram-se pela primeira vez nas eleições para o executivo estadual - as primeiras por voto direto. O resultado do pleito deu a vitória a Ottomar (PTB) no segundo turno, com 32.506 votos contra os 28.993 adquiridos por Jucá (PDS). Ottomar de Souza Pinto entrou para a história política local como o primeiro governador eleito no estado (TRE/RR).

Os partidos políticos

A autonomia política e o padrão clientelístico empreendido por Ottomar, Jucá e outras lideranças diminuem a presença das instituições partidárias no âmbito estadual. Elas atuam como simples figurantes no processo político. Os partidos não são elos de ligação entre cidadãos e Estado, com imagens nitidamente definidas, capazes de

⁸ Sobre a utilização e funções das máquinas políticas, ver Diniz (1982) e Merton (1968).

⁹ Ottomar foi nomeado governador do ex-território em 1979, na gestão do presidente João Figueiredo. Romero Jucá administrou Roraima em 1988, no governo José Sarney.

transformar demandas populares em políticas públicas, ou mesmo, organizações que competem por voto e que estão sempre sujeitas a conflitos internos, normalmente realizados pelos grupos que aspiram à hegemonia.¹⁰ A modalidade de atuação aqui é de partidos débeis, que atendem única e exclusivamente à vontade dos chefes políticos. Salvo as organizações de esquerda que contam nas suas hostes com um pequeno número de adeptos. Formam a esquerda local, a partir da militância, o PT, PC do B e PSTU. Quanto aos principais partidos - PPB, PFL, PTB, PMDB e PSDB - o quadro atual é característico e revela um arcabouço de domínio familiar, que parece fundir interesses pessoais, política partidária e bem público: o senador Romero Jucá e o ex-governador Getúlio Cruz dirigem a aliança PFL/PSDB, com a integração da esposa do senador, a ex-prefeita de Boa Vista, Teresa Jucá, o irmão do ex-governador, o deputado federal Salomão Cruz, e seu primo, o vereador Homero Cruz. O prefeito Ottomar dita as regras no PTB, que abriga também sua filha, vereadora Otilia Pinto. Sua esposa, a senadora Marluce Pinto, controla o PMDB. Neudo Campos, o atual governador e ex-afilhado político de Ottomar, é a única voz ativa no PPB, legenda da vereadora Maria Luíza Campos, sua cunhada. Alguns desses partidos, que certamente em outros estados são mais eficientes e programáticos na busca de votos, em Roraima não possuem recursos políticos¹¹, não mobilizam eleitores e, pelo grau acentuado de elitismo, estão distantes de estabelecerem vínculos com a sociedade.

Se no presente é visível a efetiva fragilidade dos partidos, no passado também não fôra muito diferente. O PSD, a UDN e o velho PTB, criados no quadro institucional brasileiro de 1945, e como todos sabem, de expressiva importância no interstício democrático entre a ditadura de Vargas e o regime militar inaugurado em 1964, tiveram, no antigo território de Roraima, as mesmas características inerentes às atuais legendas: exclusão social e inconsistência programática. Surgiram, como observa Castro (1995), sem que a população as conhecesse ou tivesse alguma forma de relacionamento. A despeito do perfil ideológico dessas agremiações no país¹², “o aparecimento das seções territoriais dos partidos foi o resultado de uma disputa rígida da pequena elite local, que competia a todo custo querendo governar o território ou assumir os cargos públicos” (Castro, 1995: 38).

Embora possamos, na análise desenvolvida aqui, estar considerando Roraima um estudo de caso dentro da política brasileira, sabemos que suas particularidades refletem, em grande medida, o subdesenvolvimento do sistema partidário nacional que, sob o envolvimento da contextualidade democrática atual, ainda não conseguiu um grau

¹⁰ Ver Kinzo (1993), Panebianco (1988) e Sartori (1982).

¹¹ Os recursos de um partido incluem sua máquina política com atividades burocráticas para o funcionamento da agremiação, lideranças, militantes, recursos financeiros e assessoria de imprensa, cuja atividade é mostrar a melhor imagem do partido.

¹² Sobre o comportamento do PSD, UDN e PTB, no quadro partidário entre 1945 a 1965, ver as obras de Hippólito (1985), Lippi (1973), Dulci (1986), D'Araújo (1989) e Benevides (1981 e 1989).

razoável de consolidação. No Brasil, o sistema partidário apresenta um baixo nível de institucionalização, os partidos não são predominantes na arena política, surgem e desaparecem com relativa facilidade, há uma excessiva volatilidade eleitoral e a maioria dos cidadãos não define o voto pela preferência partidária.¹³ Como ressaltam Mainwaring e Scully (1994:44), a institucionalização de um sistema de partidos tem papel fundamental no processo de consolidação democrática. A institucionalização restrita enfraquece “a perspectiva de emergência de uma democracia estável, legítima e eficaz”.

A prática clientelista

Ausente de ações voltadas para princípios doutrinários, a política roraimense é baseada no nepotismo e na utilização excessiva de recursos clientelísticos. Colocar parentes e amigos em posições de poder dentro do governo é prática comum nas gestões municipais e estaduais. Os governos de Ottomar de Souza Pinto e Neudo Campos podem ser tomados como exemplos: Ottomar, durante o período de sua administração, entre 1991 a 1994, colocou irmãos, filhos, genros, cunhados, sobrinhos e outras parentelas nas Secretárias da Saúde, Obras, Bem-Estar Social, na Companhia de Água e Esgoto, no Banco do Estado de Roraima, no Departamento de Estradas e Rodagens e na Companhia de Desenvolvimento do Estado. E Neudo Campos, na sua primeira gestão (1995-1998), possuiu mais de quinze parentes postos em cargos públicos relevantes, distribuídos nas Secretarias da Fazenda, Administração, Educação, Setrabes, no Hemocentro, Gabinete Civil, na Codesaima e na Coordenadoria de Turismo. Na Secretária de Estado da Fazenda encontrava-se o exemplo mais notório de favorecimento familiar: o secretário, Jair Dall’Agnol, casado com a sobrinha do governador, que também ocupava cargo de confiança na Secretaria de Educação, não possuía curso superior. Era o único no país a exercer a função de secretário da Fazenda sem a formação acadêmica devida.¹⁴ O nepotismo não é algo novo na história de Roraima e nem tampouco do Brasil.¹⁵ Freitas (1991:154) faz referências à sua utilização no antigo território, quando os vários governadores designados para essa região traziam montadas suas equipes de trabalho, compostas geralmente por parentes e amigos.

¹³ Vários analistas fizeram considerações sobre o sistema eleitoral brasileiro. Consultar, por exemplo, os trabalhos de Kinzo (1993) e o de Mainwaring (1991).

¹⁴ Ver no jornal O Diário (08/10/97 p 02) lista com os nomes e cargos dos parentes de Neudo Campos colocados no governo. O jornal também chama a atenção para a ação movida pelo Ministério Público do Estado contra o nepotismo em Roraima.

¹⁵ A República Velha é um bom exemplo da prática do nepotismo na política brasileira (ver a análise de Cintra 1974 e Soares 1973). No quadro recente, podemos observar sua inserção também em outros estados: no Rio de Janeiro, o braço forte do governador Marcelo Alencar foi seu filho; em Pernambuco, o neto do governador Miguel Arraes foi o responsável pela Secretaria da Fazenda. Exemplos como esses não faltam pelo país afora.

Na área do clientismo, os políticos de Roraima, na expectativa de ganhos pessoais, procurando conquistar e manter o poder, aliciam votos prestando assistência a todo tipo de clientela. Desde os despossuídos de recursos econômicos, ansiosos por qualquer benefício, até os que procuram favores específicos, cujas demandas são atendidas no âmbito da política do estado. O paternalismo permeia todas as camadas sociais, criando raízes nos quatro cantos da sociedade e estabelecendo vínculos que parece não ter fim. No vai e vem da política local, tudo se pede e muito se consegue. O empreguismo e a utilização de verbas públicas para a formação de clientelas são práticas comuns na capital e no interior. Os pedidos por benefícios materiais beiram aos extremos, vão do mais simples ao mais complexo, do mais barato ao mais caro, dependendo da necessidade e nível de conhecimento de quem os pede e o poder aquisitivo e prestígio de quem os doa. Ao lado dos pedidos tradicionais como: dinheiro, emprego público, remédios, roupas, óculos, redes, internações hospitalares e urnas funerárias encontram-se, também, televisor em cores, freezer, conserto de automóveis, auxílio casamento, passagem aérea e até uma solicitação no mínimo extravagante: lentes de contato coloridas. No interior, a máquina do governo, sempre identificada com a “generosidade” de seu titular, distribui gado, sementes, lotes de terras para produtores e para a população em geral. Na capital, além das cestas básicas, que em 1996 totalizaram 180 mil unidades¹⁶, distribuídas entre famílias mais carentes, há promoção de festas populares com participação de artistas nacionais e distribuição de presentes, como automóveis, geladeiras, ferros de passar, ventiladores, brinquedos e kits de material de construção, em datas comemorativas como dia das mães, dos pais, do funcionalismo público e das crianças.

Além de estabelecer uma política voltada para o nepotismo e o clientelismo de cunho pessoal, o governo estadual não tem sido capaz de fomentar o desenvolvimento regional. Mesmo de posse de ampla capacidade técnica e do controle dos principais recursos de poder, o estado, embora apresente algumas ações de infra-estrutura na malha viária e no setor energético, não possui uma política clara de desenvolvimento, capaz de criar um quadro favorável ao seu dinamismo e transformação econômica.¹⁷ A incapacidade do estado em estabelecer uma estratégia de crescimento econômico reside no desinteresse dos governantes em romper com práticas políticas viciadas no paternalismo, que condicionam a mudança econômica à satisfação e sobrevivência do chefe político no poder e de parte de seus aliados, agrupados na elite empresarial local. Os empresários, de um modo geral, não apresentam projetos autônomos de desenvolvimento e, também, sobrevivem agarrados à máquina do governo, esperando a distribuição de verbas públicas através de subsídios e inúmeros privilégios, em forma

¹⁶ Dados da Secretaria Estadual do Trabalho e Bem-Estar Social.

¹⁷ Até o presente momento, o governo estadual não colocou em prática nenhum projeto *modernizante* de incentivo e expansão da produção local. Uma política que contemple recursos para investimentos, capaz de dar ao setor produtivo de Roraima, condições para um período de crescimento econômico.

de contratos e prestações de serviços. A institucionalização do modelo *Estado intervencionista*, que caracterizou o Brasil desde os anos 30, sinaliza o descompasso da política local com a esfera federal. Enquanto o governo do estado reforça a dependência dos empresários, acostumados a viver sob o esquema estatal retirando do poder algum tipo de vantagem numa arena contextualmente distributiva, o governo federal condena, pelo menos em discurso, essa prática política estruturada na benevolência do estatismo. O atual presidente, Fernando Henrique Cardoso, tem procurado reestruturar o setor público brasileiro, no qual reduz drasticamente a função empresarial do Estado, estimulando a privatização de empresas públicas e a busca de competitividade das empresas nacionais no mercado internacional.

Como vimos acima, nada escapa ao modo paternalista de dominação no estado de Roraima, tudo passa pelo crivo estrito dos que controlam o poder público. A lógica da distribuição de favores opera a sociedade sem consolidar direitos, enfraquecendo instituições que se constituem em traços essenciais da democracia. Como ressalta Martins (1982), as instituições democráticas, nesse tipo de contexto, são preservadas na forma e destruídas no conteúdo. A começar pela importância e necessidade do voto. “De direito a ser livremente exercido, o voto se transformou em meio de pagamento, de tal modo que, ao entregar sua contraprestação, o pseudo cidadão não faz mais do que cumprir com um dever inculcado na relação clientelista” (Martins, 1982: 19).¹⁸ Desta forma, com base na utilização “natural” da política clientelista, é mais do que comum encontrar em Roraima o “eleitor sem voto”¹⁹, uma modalidade identificada em sua origem nos grotões do Nordeste, que fazem subsistir na cultura política regional traços do coronelismo, cuja preferência eleitoral é determinada pela estrutura sócio-econômica, ou seja, pelas péssimas condições de vida, associada ao uso da máquina pública e ao domínio econômico de alguns chefes políticos que colocam sob sua dependência a população pobre, sem recursos financeiros, sujeitos a uma interminável concessão de favores.

Presença popular e participação da esquerda.

Talvez pela própria formação social do estado e pelo tímido desenvolvimento econômico, não existe uma classe trabalhadora urbana politizada, nem tampouco movimentos rurais organizados, como o MST ou os que acontecem em alguns estados, com características próprias a partir de clivagens regionais, como os canavieiros em Pernambuco e os seringueiros no Acre. Os sindicatos, a maioria ocupando prédios públicos doados pelo governo, não possuem uma presença relevante na sociedade; desenvolvem suas atividades sem reconhecimento da maioria da classe trabalhadora e

¹⁸ Embora a análise de Martins refira-se ao Rio de Janeiro, sua abordagem pode perfeitamente ser enquadrada na realidade política de Roraima.

¹⁹ Sobre o eleitor sem voto no Nordeste ver a análise desenvolvida por Falcão e Lavareda (1986).

são privados da capacidade de exercer alguma influência sobre os rumos da política do estado. Os que conseguem eventual destaque são: o Sindicato dos trabalhadores em educação de Roraima, Sinter, que em 1995 deflagrou uma greve paralisando as escolas públicas por 45 dias; o Sindicato dos Servidores Públicos, Sindsep; o Sindicato dos Trabalhadores em Saúde, Sintras, e o Sindicato dos Bancários. Essas três últimas entidades, embora tenham poucas adesões da categoria, estão sempre presentes nos debates políticos referentes às questões sindicais. Os estudantes apresentam-se amorfos à qualquer confrontação ideológica, não há movimentos organizados que demonstrem sua participação efetiva na política, mesmo com a presença no estado de uma Universidade e núcleos secundaristas. A estrutura de participação dos estudantes obedece a objetivos meramente instrumentais, um padrão de relacionamento que não ultrapassa o acesso ao paternalismo do estado. E as associações de moradores que, em geral, surgem das bases populares para reivindicar direitos - expressando sentimentos de insatisfação com os que administram a coisa pública e à espera de soluções para os problemas de infra-estrutura urbana criados com a expansão capitalista - aqui foram inauguradas por iniciativas dos chefes políticos, originalmente para garantir o controle nas comunidades e fortalecer suas condições de poder para um efetivo rendimento eleitoral. A maioria dos presidentes das associações de moradores ocupa o cargo de agente comunitário, uma espécie de representante subordinado ao governo, municipal ou estadual, que recebe remuneração pelos serviços diversos prestados à administração pública nos bairros. Qualquer movimentação contrária aos interesses clientelistas, entra em cena o esquema de cooptação política ou exclusão social como forma de solucionar o problema.

A única questão que chega a polarizar o centro do debate político em Roraima é a demarcação das terras indígenas concentradas em área contínua. A direita é radicalmente contra, não poupa esforços em defender publicamente o direito dos fazendeiros a ocuparem as pretensas e as já demarcadas reservas. Argumentos que demonstram a nocividade da política indigenista ao desenvolvimento econômico do estado são normalmente utilizados por políticos e empresários locais contrários à demarcação. E a esquerda, embora não se mantenha à margem dessa discussão, tem conseguido muito pouco, adquirir e tornar sua bandeira de luta, a agenda de reivindicação dos índios. Esses, através do Conselho Indígena de Roraima, o CIR, preferem o apoio da Igreja, por considerá-la um instrumento poderoso, na guerra ideológica contra os fazendeiros, os garimpeiros e o governo. Devido a sua tomada de posição, religiosamente explícita, a favor da demarcação das terras indígenas em área contínua, a Igreja²⁰ é geralmente acusada por políticos e meios de comunicação²¹, de

²⁰ Vasconcelos (1996) analisa a participação da Diocese de Roraima no processo de organização dos povos indígenas. Mostra que esta participação está relacionada à opção pelos pobres feita pela Igreja, a partir do Concílio Vaticano II (1962-65) e das conferências latino americanas de Medellín (1968) e Puebla (1979).

promover a discórdia, insuflando os índios na região Raposa Serra do Sol, área de maior conflito ao norte do estado.

Quanto à participação da esquerda na política local, essa ainda não é consistente. Só nas eleições municipais de 1996 conseguiu eleger na capital seu primeiro vereador, o sindicalista, ligado ao segmento progressista da Igreja, Antônio Bezerra Marques, o Titonho, pelo Partido dos Trabalhadores. O fato de eleger um vereador sem uso de máquina política clientelista, faz o PT local apostar, superficialmente, na criação de fóruns populares para discutir os problemas urbanos de Boa Vista e a formação de oposição às atuais diretorias, “cooptadas”, das associações de moradores, como forma de provocar na sociedade civil algum tipo de mudança que evidencie sinais de rupturas nas amarras da dependência. Como ressalta Fontes (1996: 44, 46), “A identidade do movimento popular constitui um dos pilares básicos para a estruturação de sua capacidade de luta. (...) A atividade reivindicativa do movimento é instrumento importante para a promoção do sentimento de cidadania.” A possibilidade de autonomia dos movimentos sociais organizados de Roraima pode abrir espaço para novos canais de relacionamento entre sociedade e Estado, no qual o padrão de subserviência vigente possa ser substituído pela negociação e participação política nas decisões do governo.

Bibliografia

BENEVIDES, Maria Victória. (1981), *A UDN e o Udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

_____. (1989), *O PTB e o Trabalhismo*. São Paulo, Brasiliense.

CASTRO, Mauro Silva de. (1995), *Política e População em Roraima (1943 - 1962)*. Monografia de Especialização, UFRR.

CINTRA, Antônio Octávio. (1974), “A Política Tradicional Brasileira: uma interpretação das relações entre o centro e a periferia”. in BALAN, Jorge (org.), *Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro*. São Paulo, Difel.

D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. (1989), *A Ilusão Trabalhista: o PTB de 1945 a 1965*. Tese de Doutorado, IUPERJ.

²¹ Ver moção de repúdio ao bispo D. Aldo Mongiano na Assembléia Legislativa do Estado em 15/02/95 e a opinião da Folha de Boa Vista (14/02/95) sobre o papel da Igreja no conflito Raposa Serra do Sol.

- DINIZ, Eli. (1982), *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- DULCI, Otávio Soares. (1986), *A UDN e o Anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG/PROED.
- FALCÃO, Joaquim e LAVAREDA, Antônio, (1986). “A Volta das Eleições para o Governo Estadual e a Vitória do PDS - 1982”, in Lavareda & Sá (orgs.), *Poder e Voto: luta política em Pernambuco*. Recife, Massangana.
- FONTES, Breno Augusto Souto-Maior. (1996), “A Estrutura Organizacional das Associações Políticas Voluntárias”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 32: 41-59.
- FREITAS, Aimberê. (1991), *Políticas Públicas e Administrativas de Territórios Federais Brasileiros*. Boa Vista, Editora de Boa Vista.
- HIPPÓLITO, Lúcia. (1985), *De Raposas e Reformistas - o PSD e a Experiência Democrática Brasileira, 1945 - 1964*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- LIPPI, Maria Lúcia. (1973), *O Partido Social Democrático*. Dissertação de Mestrado, IUPERJ.
- KINZO, Maria D’Alva G. (1993), *Radiografia do Quadro Partidário Brasileiro*. São Paulo, Konrad-Adenauer-Stiftung.
- MAINWARING, Scott. (1991), “Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais: O Brasil numa perspectiva comparada”. *Novos Estudos*, mar.
- _____ e SCULLY, Timothy R. (1994), “A Institucionalização dos Sistemas Partidários na América Latina”. *Dados*, vol. 37. 1
- NICOLAU, Jairo Marconi. *Multipartidarismo e Democracia*. (1996), Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- MARTINS, Carlos Estevam. (1982), “Prefácio”, in DINIZ, Eli. *Voto e Máquina Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- MERTON, Robert K. (1968), *Sociologia, Teoria e Estrutura*. São Paulo, Mestre Jou.

PANEBIANCO, A. (1988), *Political Parties: organization and power*. Cambridge, Cambridge University Press.

SARTORI, Giovanni. (1982), *Partidos e Sistemas Partidários*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

SOARES, Gláucio A. D. (1973), *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo, Difel.

VASCONCELOS, André dos Santos. (1996), "Diocese de Roraima: a participação da igreja no processo de organização dos povos indígenas do estado". *Textos & Debates*, 02: 53-64.